EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM CONTEXTO QUILOMBOLA: LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA[1]

Lilian de Souza Batista Silva[1]

[1]UFRN/FELCS e G-Pieford/CNPq/FELCS/UFRN, Currais Novos/RN, Brasil,
lilian.souza@ufrn.br

RESUMO: Este artigo analisa a implementação de um Projeto de Educação Antirracista desenvolvido em uma escola pública situada em território quilombola no município de Lagoa Nova/RN, fundamentado nos pressupostos do letramento racial crítico e nas diretrizes das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. O objetivo central consiste em compreender de que modo práticas pedagógicas intencionalmente antirracistas contribuem para a formação identitária, cultural e cidadã de estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como relato de experiência com abordagem crítico-reflexiva, realizada entre setembro e novembro de 2024, envolvendo ações formativas, culturais e interdisciplinares articuladas ao Projeto Político-Pedagógico da escola. O referencial teórico ancora-se em estudos de educação antirracista, racismo estrutural e pedagogia crítica. Os resultados evidenciam ampliação do repertório cultural discente, fortalecimento do protagonismo estudantil, maior engajamento nas discussões sobre identidade e pertencimento e ressignificação de narrativas historicamente silenciadas. Conclui-se que a educação antirracista, quando assumida como compromisso institucional permanente, constitui prática transformadora capaz de tensionar desigualdades estruturais e promover justiça social no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Educação antirracista. Letramento racial crítico. Escola pública. Comunidade quilombola. Diversidade étnico-racial.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira está historicamente imbricada em processos de exclusão e hierarquização racial que atravessam o currículo, as práticas pedagógicas e as relações interpessoais no espaço escolar. Embora a Constituição Federal de 1988 assegure a igualdade formal de direitos, as desigualdades raciais permanecem estruturando oportunidades e trajetórias educacionais.

A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representa marco fundamental ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena. Todavia, sua efetivação demanda mais do que inserções pontuais de conteúdos: requer reorganização epistemológica do currículo e compromisso político da escola com a justiça racial.

Este estudo analisa a experiência desenvolvida na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, localizada em território de forte presença quilombola no município de Lagoa Nova/RN. Parte-se da hipótese de que práticas sistematizadas de letramento racial crítico, quando articuladas ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e ao território, promovem fortalecimento identitário e ampliação da consciência crítica dos estudantes.

2. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA UMA PRÁTICA EMANCIPATÓRIA

A construção de uma prática pedagógica comprometida com a equidade racial exige a consolidação de bases teóricas sólidas, capazes de sustentar tanto a análise crítica da realidade quanto a proposição de intervenções transformadoras no contexto escolar. Nesse sentido, o referencial que fundamenta este estudo articula contribuições da educação antirracista, dos estudos sobre racismo estrutural e das teorias críticas do letramento, compreendendo a escola como espaço de disputa simbólica, produção de sentidos e formação política dos sujeitos.

Assume-se, portanto, que o enfrentamento do racismo no ambiente educacional não se efetiva por meio de ações isoladas ou comemorativas, mas requer reposicionamento epistemológico e ético da instituição escolar. Tal perspectiva implica reconhecer que o currículo, as práticas pedagógicas e os materiais didáticos são atravessados por relações de poder que historicamente privilegiaram narrativas eurocentradas em detrimento de saberes afro-brasileiros e indígenas.

A partir dessa compreensão, apresenta-se, a seguir, a discussão teórica organizada em duas frentes complementares: (i) a educação antirracista como projeto político-pedagógico e (ii) o letramento racial crítico como prática formativa emancipatória.

2.1 A educação antirracista como projeto político-pedagógico

A educação antirracista constitui-se como um posicionamento ético, político e epistemológico que rompe com a suposta neutralidade da escola diante das desigualdades

raciais. Longe de se restringir à celebração pontual de datas comemorativas ou à inserção episódica de conteúdos afro-brasileiros e indígenas, ela implica uma revisão estrutural do currículo, das práticas avaliativas e das relações interpessoais no espaço escolar. Ao compreender o racismo como fenômeno constitutivo da formação social brasileira, a educação antirracista desloca o debate da esfera individual para a dimensão institucional, reconhecendo que a escola tanto pode reproduzir quanto tensionar desigualdades históricas.

A noção de racismo estrutural, sistematizada por Silvio Luiz de Almeida (2019), é central para essa compreensão. Para o autor, o racismo organiza a sociedade em suas dimensões econômica, política e jurídica, naturalizando privilégios e desigualdades. No campo educacional, isso se manifesta na invisibilização de epistemologias negras e indígenas, na baixa representatividade positiva nos materiais didáticos e na recorrente deslegitimação de saberes oriundos de comunidades racializadas. Assim, assumir uma perspectiva antirracista significa reconhecer tais estruturas e atuar deliberadamente para transformá-las.

Convergindo com essa perspectiva, Gomes (2017) defende que a educação antirracista deve ser compreendida como projeto político-pedagógico comprometido com a justiça social. Para a autora, o reconhecimento da diversidade é insuficiente se não vier acompanhado da problematização das relações de poder que produzem exclusões. Nesse sentido, a escola precisa assumir-se como espaço de disputa simbólica, no qual identidades historicamente subalternizadas sejam legitimadas como produtoras de conhecimento. Tal movimento exige formação docente continuada, revisão curricular e diálogo permanente com os sujeitos e territórios envolvidos.

Além disso, a reflexão de Munanga (2005) contribui ao evidenciar como o mito da democracia racial operou como mecanismo ideológico de silenciamento das desigualdades no Brasil. Ao naturalizar a mestiçagem como sinônimo de harmonia racial, o discurso hegemônico obscureceu práticas discriminatórias e dificultou o reconhecimento do racismo como problema estrutural. Nesse contexto, a educação antirracista emerge como contraponto crítico, ao promover a desconstrução de narrativas eurocentradas e ao valorizar a contribuição histórica, cultural e intelectual das populações negras e indígenas na constituição da sociedade brasileira.

Desse modo, compreender a educação antirracista como projeto político-pedagógico implica assumir que a escola deve atuar de forma intencional na promoção da equidade racial. Tal compromisso não se esgota no cumprimento legal das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mas requer institucionalização de práticas permanentes que articulem currículo, gestão escolar e participação comunitária, sobretudo em territórios marcados pela presença

quilombola, onde identidade e memória coletiva constituem dimensões centrais da formação discente.

2.2 O letramento racial crítico como prática formativa emancipatória

O conceito de letramento racial crítico emerge da interlocução entre os Novos Estudos do Letramento e as teorias críticas da raça, propondo que ler e escrever não são práticas neutras, mas atravessadas por relações de poder e por disputas de sentido. Nessa perspectiva, o letramento racial crítico ultrapassa a dimensão técnica da alfabetização e da competência linguística, configurando-se como capacidade de interpretar, problematizar e intervir nas dinâmicas raciais que estruturam a sociedade. Trata-se, portanto, de um processo formativo que integra conhecimento histórico, consciência política e ação transformadora.

No contexto brasileiro, Aparecida de Jesus Ferreira (2015) sistematiza o letramento racial crítico como prática pedagógica que possibilita aos estudantes reconhecerem o racismo como fenômeno social e desenvolverem estratégias discursivas para enfrentá-lo. Para a autora, a escola deve promover experiências que estimulem a análise crítica de textos, imagens e discursos midiáticos, evidenciando como representações raciais são construídas e naturalizadas. Assim, o letramento racial crítico não apenas amplia o repertório cultural discente, mas fortalece o protagonismo estudantil na luta por equidade.

Essa concepção dialoga diretamente com a pedagogia problematizadora de Paulo Freire (1996), para quem a educação deve possibilitar a leitura crítica do mundo antes da leitura da palavra. A conscientização (consciência crítica) constitui etapa fundamental para que sujeitos compreendam as estruturas de opressão que os atravessam e atuem na transformação da realidade. Sob essa ótica, o letramento racial crítico configura-se como prática emancipatória, pois promove o deslocamento do estudante da posição de receptor passivo para a condição de sujeito histórico capaz de interpretar e intervir no mundo.

As contribuições de bell hooks (2013) reforçam essa dimensão emancipatória ao defender uma pedagogia engajada, que confronte o racismo, o sexismo e outras formas de opressão no espaço da sala de aula. Para a autora, ensinar é um ato político que pode reproduzir dominação ou fomentar libertação. Incorporar o letramento racial crítico às práticas pedagógicas significa, portanto, assumir o ensino como prática de liberdade, capaz de romper silêncios históricos e de construir narrativas mais plurais e inclusivas.

No contexto de uma escola pública situada em território quilombola, o letramento racial crítico adquire contornos ainda mais significativos. Ao articular memória comunitária,

identidade cultural e práticas discursivas, a escola contribui para o fortalecimento do pertencimento e para a valorização dos saberes locais. Dessa forma, o letramento racial crítico não se limita à análise de textos, mas envolve a leitura do território, das experiências e das trajetórias coletivas, consolidando-se como eixo estruturante de uma educação comprometida com a justiça racial e a transformação social.

3 METODOLOGIA

O presente estudo insere-se no campo das pesquisas qualitativas em educação, assumindo como delineamento metodológico o relato de experiência com abordagem crítico-reflexiva. Tal escolha justifica-se pela natureza do objeto investigado, uma vez que se buscou compreender processos formativos e transformações simbólicas ocorridas no interior de uma prática pedagógica situada. Diferentemente de pesquisas de cunho experimental ou quantitativo, a abordagem qualitativa possibilita apreender significados, percepções e dinâmicas relacionais que atravessam o cotidiano escolar, sobretudo quando se trata de temáticas sensíveis como identidade, pertencimento e enfrentamento ao racismo. Assim, o foco da investigação recaiu menos sobre mensurações estatísticas e mais sobre a interpretação das experiências vividas pelos sujeitos envolvidos.

A experiência foi desenvolvida entre os meses de setembro e novembro de 2024, na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição, situada em território de forte presença quilombola no município de Lagoa Nova/RN. Participaram do projeto estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais, docentes de diferentes componentes curriculares, equipe gestora e membros da comunidade escolar. A proposta foi integrada ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) da instituição, o que garantiu legitimidade institucional e favoreceu a articulação entre as ações desenvolvidas e os objetivos formativos da escola. O planejamento das atividades partiu de diagnóstico prévio acerca das demandas formativas relacionadas às questões étnico-raciais, considerando tanto observações docentes quanto manifestações discentes acerca de situações de preconceito e invisibilização cultural.

As ações pedagógicas foram estruturadas de modo interdisciplinar e contemplaram rodas de conversa sobre identidade e pertencimento, leitura e análise crítica de obras literárias afro-brasileiras, exibição e problematização de produções audiovisuais, oficinas culturais, palestras temáticas e produções textuais autorais. A culminância do projeto ocorreu por meio de uma mostra cultural aberta à comunidade, na qual os estudantes apresentaram resultados de suas produções e reflexões. Todo o processo foi orientado pelos pressupostos da educação

antirracista e do letramento racial crítico, buscando promover não apenas a ampliação do repertório cultural, mas também a construção de uma consciência histórica acerca das desigualdades raciais estruturais.

No que se refere aos procedimentos de registro e análise, foram utilizados diário de campo da pesquisadora, registros fotográficos institucionais, produções escritas dos estudantes e relatos orais colhidos durante as atividades. A análise dos dados seguiu perspectiva interpretativa, fundamentada na leitura crítica das interações, discursos e produções discentes, à luz do referencial teórico adotado. Buscou-se identificar indícios de ampliação da consciência racial, fortalecimento identitário e mudanças nas formas de participação e posicionamento dos estudantes. Tal processo analítico não se limitou à descrição das atividades realizadas, mas procurou evidenciar sentidos produzidos, tensões emergentes e deslocamentos discursivos observados ao longo da implementação do projeto.

Por fim, destaca-se que a condução da pesquisa observou princípios éticos relacionados ao respeito à imagem, à identidade e à integridade dos participantes, preservando-se seus nomes e garantindo que os registros fossem utilizados exclusivamente para fins acadêmicos. A postura investigativa assumida compreendeu a pesquisadora como sujeito implicado no processo, reconhecendo que toda produção de conhecimento é situada e atravessada por posicionamentos políticos. Nesse sentido, a metodologia adotada não apenas descreve uma experiência pedagógica, mas também explicita um compromisso epistemológico com a transformação social e com a construção de práticas educativas antirracistas em contexto quilombola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das ações desenvolvidas ao longo do projeto evidencia que a inserção sistemática de práticas fundamentadas no letramento racial crítico produziu deslocamentos significativos nas formas de participação e de posicionamento discente. Desde as primeiras rodas de conversa, observou-se que muitos estudantes apresentavam compreensões ainda difusas acerca do racismo, frequentemente associando-o apenas a manifestações explícitas de ofensa individual.

À medida que as atividades avançaram, especialmente por meio da leitura orientada de textos literários afro-brasileiros e da problematização de situações concretas do cotidiano, emergiu uma compreensão mais ampla do racismo como fenômeno estrutural, conforme discutido por Silvio Luiz de Almeida (2019). Esse deslocamento conceitual constituiu um

dos resultados mais expressivos da experiência, pois indica ampliação da consciência crítica e capacidade analítica dos estudantes.

Outro aspecto relevante refere-se ao fortalecimento identitário observado entre estudantes negros e oriundos da comunidade quilombola. A presença de referências históricas, culturais e intelectuais negras no currículo contribuiu para a ressignificação de narrativas anteriormente marcadas por silenciamentos. Em produções textuais e manifestações orais, tornou-se recorrente a valorização da ancestralidade, da memória comunitária e das contribuições afro-brasileiras para a constituição da sociedade local. Tal movimento dialoga com as reflexões de Nilma Lino Gomes (2017) acerca da centralidade da identidade na formação escolar e reforça a importância de práticas pedagógicas que legitimem saberes historicamente marginalizados.

No plano das interações cotidianas, registraram-se mudanças qualitativas nas relações entre os estudantes. Situações anteriormente naturalizadas, como piadas de cunho racial ou estereótipos reproduzidos de forma acrítica, passaram a ser questionadas pelos próprios discentes, indicando internalização de novos referenciais éticos. Esse dado sugere que o projeto ultrapassou o nível discursivo e alcançou dimensões atitudinais, promovendo a construção de uma cultura escolar mais sensível às questões étnico-raciais. A problematização coletiva das experiências, inspirada na pedagogia dialógica de Paulo Freire (1996), favoreceu a emergência de um espaço de escuta e de elaboração crítica das vivências.

A articulação entre escola e território também se mostrou elemento estruturante dos resultados alcançados. A culminância cultural, com participação ativa da comunidade, ampliou o alcance social das ações e reafirmou a escola como espaço de produção de memória e reconhecimento identitário. A valorização da história local e das práticas culturais quilombolas contribuiu para estreitar vínculos intergeracionais e fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes. Nesse sentido, o letramento racial crítico assumiu dimensão territorializada, permitindo que a leitura do mundo, nos termos freireanos, se concretizasse na leitura do próprio contexto comunitário.

Do ponto de vista pedagógico, o projeto evidenciou que a educação antirracista, quando institucionalizada e articulada ao Projeto Político-Pedagógico, favorece não apenas a ampliação do repertório cultural, mas também a construção de competências socioemocionais como empatia, respeito e cooperação. A transversalidade das ações permitiu integrar diferentes componentes curriculares, rompendo com a fragmentação tradicional do ensino e consolidando uma abordagem interdisciplinar. Assim, os resultados obtidos corroboram a hipótese inicial de que práticas sistemáticas de letramento racial crítico,

desenvolvidas em diálogo com o território quilombola, constituem estratégia potente para o enfrentamento do racismo estrutural no ambiente escolar e para a formação de sujeitos críticos e socialmente comprometidos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência desenvolvida na Escola Municipal Nossa Senhora da Conceição permite afirmar que a educação antirracista, quando concebida como eixo estruturante do Projeto Político-Pedagógico e não como ação pontual, constitui prática formativa de elevada potência transformadora. Ao articular letramento racial crítico, valorização do território quilombola e reorganização curricular, o projeto promoveu deslocamentos epistemológicos e atitudinais que evidenciam a capacidade da escola pública de tensionar estruturas historicamente naturalizadas. Não se tratou apenas de ampliar conteúdos, mas de reconfigurar sentidos, reposicionar sujeitos e problematizar narrativas hegemônicas que, por décadas, sustentaram silenciamentos e invisibilizações.

Os resultados indicam que o fortalecimento identitário dos estudantes está diretamente relacionado à presença de referências positivas e historicamente contextualizadas no cotidiano escolar. Ao reconhecer saberes afro-brasileiros e quilombolas como constitutivos do currículo, a escola contribuiu para a construção de uma autoimagem mais afirmativa entre os discentes, ao mesmo tempo em que promoveu, entre todos, maior compreensão das dinâmicas do racismo estrutural. Esse processo formativo revelou que a consciência crítica não emerge espontaneamente, mas é fruto de mediações pedagógicas intencionais, fundamentadas teoricamente e sustentadas por práticas dialógicas e interdisciplinares.

Do ponto de vista institucional, a experiência evidencia que o enfrentamento do racismo no espaço escolar exige planejamento, continuidade e compromisso coletivo. A integração das ações ao PPP, o envolvimento da equipe gestora e a participação da comunidade foram fatores determinantes para a consolidação dos resultados observados. Tal constatação reforça que a efetivação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 depende menos de prescrições normativas e mais de processos formativos permanentes, capazes de transformar culturas escolares e práticas pedagógicas. Em territórios quilombolas, essa responsabilidade adquire contornos ainda mais significativos, pois envolve o reconhecimento da escola como espaço de memória, resistência e produção de conhecimento socialmente

referenciado.

É importante reconhecer, contudo, que a experiência relatada não encerra o debate nem esgota as possibilidades de investigação sobre o tema. Como estudo de natureza qualitativa e situada, seus resultados não pretendem generalizações universais, mas oferecem contribuições analíticas que podem inspirar outras práticas em contextos semelhantes. Pesquisas futuras podem aprofundar a análise longitudinal dos impactos do letramento racial crítico na trajetória escolar dos estudantes, bem como investigar a formação docente necessária para a consolidação de práticas antirracistas consistentes.

Em síntese, conclui-se que o letramento racial crítico, articulado à educação antirracista e ao diálogo com o território, configura-se como estratégia pedagógica fundamental para a construção de uma escola democrática e socialmente comprometida. Ao promover a leitura crítica das estruturas raciais que organizam a sociedade e ao valorizar identidades historicamente subalternizadas, a escola reafirma sua função social de formar sujeitos conscientes, participativos e comprometidos com a transformação das desigualdades. Mais do que cumprir dispositivos legais, trata-se de assumir a educação como prática ética de justiça racial e de consolidação da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Educação antirracista e letramento racial crítico**. Campinas: Pontes, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte:

Autêntica, 2005.